

Colo 19

Ponto n:3  
Acta n:5

**PRESTAÇÃO DE CONTAS  
INTERCALARES  
03-11-2013**

**EMES, EM. SA**



# 1. Introdução

A presente prestação de contas intercalares vem dar cumprimento ao disposto n.º 2 do art.º 52.º da Lei 98/97, importando por isso destacar que à data de 03-11-2013 o Conselho de Administração da EMES era composto por:

Ana Isabel Neves Duarte – Presidente do Conselho de Administração;

Nuno Miguel Novais Grangeon Carcomo Lobo – Vogal Conselho de Administração;

Maria Manuel De Oliveira Brando Albino – Vogal Conselho de Administração.

Na sequência da deliberação Assembleia Geral da EMES, EM SA, tomou posse a 4-11-2013 um novo Conselho de Administração constituído por:

Luís Manuel Pires Patrício – Presidente do Conselho de Administração;

Eduardo Jorge Gloria Quinta Nova - Vogal do Conselho de Administração;

Hugo Miguel Dos Reis Frederico – vogal do Conselho de Administração exercendo funções de Administrador Executivo.

A metodologia subjacente à prestação das contas intercalares está devidamente explicitada no Anexo às Demonstrações Financeiras, sendo necessário ter presente que qualquer análise ao período agora tratado não poderá ser dissociado das contas relativas aos anos de 2012 e 2013.

## 2. O BALANÇO A 03/11/2013

Como referido anteriormente a análise às contas intercalares não poderá ser dissociada das contas da empresa à data de 31 de Dezembro de 2012 e de 2013. Alertamos para o facto de não estarmos perante períodos iguais já que as contas intercalares contemplam um período de 10 meses e 3 dias. Ainda assim analisaremos muito brevemente o Balanço da empresa nestes 3 períodos distintos: 31/12/2012, 03/11/2013 e 31/12/2013.

Ao nível da Caixa e Depósitos Bancários à data de 31/12/2012 o valor ascendia a 628.524 passando para os 592.549 a 03/11/2013 e para os 611.485 em 31/12/2013. Verifica-se assim um ligeiro aumento no período compreendido entre a data da prestação de contas intercalares e a prestação de contas de 2013 de 18.936€.

Ao nível do Capital Próprio da empresa constatamos que o mesmo cumpre as exigências legais em qualquer um dos períodos analisados ascendendo a 686.898 a 31/12/2012, 843.589 a 03/11/2013 e a 848.029 em 31/12/2013.

No que se refere ao Passivo a EMES em 31/12/2012 apresentava um valor que ascendia a 136.764 passando para os 101.330 em 31/12/2013. No período intercalar este valor ascendia a 113.068€.

M.F.  
2/4

### 3. OS RESULTADOS A 03/11/2013

Sem surpresa, tendo em conta a trajectória mais recente da empresa, o Resultado Líquido do Exercício a 03/11/2013 a EMES é positivo e ascende a 156.691€. Em 31/12/2012 o resultado Líquido do Exercício sendo positivo ascendia a 174.014. Com o encerramento das contas de 2013 o resultado Líquido do Exercício ascendeu a 161.131€.

Ao nível das Vendas e Prestação de Serviços:

31/12/2012: 703.170€

03/11/2013: 647.647€

31/12/2013: 752.962€

Os Fornecimentos e Serviços Externos:

31/12/2012: 177.418€

03/11/2013: 133.600€

31/12/2013: 174.145€

Os Gastos com Pessoal:

31/12/2012: 243.121€

03/11/2013: 246.778€

31/12/2013: 290.492€

Em qualquer um dos períodos analisados os resultados operacionais da empresa situavam-se em terrenos positivos ascendendo a 237.570 a 31/12/2012, 213.779€ a 03/11/2013 e a 222.223 a 31/12/2013.

## 4. EVENTOS RELEVANTES EM 2013

Em reunião da Assembleia Municipal de 28/02/2013 foram aprovadas alterações aos estatutos da empresa na sequência da Lei nº 50/2012, alterações essas que incluíram a alteração da designação da entidade para “EMES – Empresa Municipal Estacionamento de Sintra, E.M, S.A”.

A 13 de Março de 2013 existiu uma alteração na composição do Conselho de Administração facto devidamente registado.

Tal como referido anteriormente a 4 de Novembro de 2013 e na sequência da eleições autárquicas foi nomeado um novo Conselho de Administração da EMES EM AS composto por:

Luís Manuel Pires Patrício - Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Jorge Glória Quinta Nova – Vogal do Conselho de Administração

Hugo Miguel dos Reis Frederico – Vogal do Conselho de Administração exercendo funções de Administrador Executivo

## 5. CONCLUSÃO

Ao nível dos Resultados da Empresa e sabendo-se de antemão o desfecho do ano de 2013 é sem qualquer surpresa que constatamos que a empresa na sequência do que foram os últimos 3 anos de actividade, apresentava à data da prestação de contas intercalares resultados positivos, destacando-se a inexistência de quaisquer resultados transitados negativos.

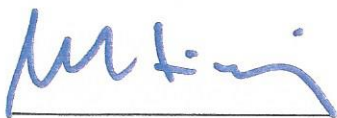
A manutenção da sustentabilidade da empresa é e sempre será prioritária, apostando-se em simultâneo numa estratégia de expansão e crescimento com base em decisões ponderadas que garantam a viabilidade da empresa.

Como referido anteriormente, tratando-se de uma Prestação de Contas Intercalares na sequência do disposto nº 2 do artº 52º da Lei 98/97, de 26 de Agosto não existe lugar a Proposta de Aplicação de Resultados, propondo este Conselho de Administração que a Prestação de Contas Intercalares a 03/11/2013 seja aprovada em reunião de Assembleia Geral da EMES, E.M SA.

Sintra, 24, de Abril, de 2014

O Conselho de Administração,

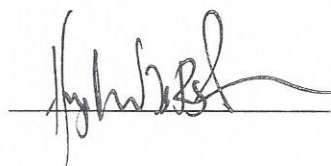
Luís Patrício



Eduardo Quinta Nova



Hugo Frederico





EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.

Data: 2013/11/03

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (ME)

PERÍODO FINDO EM 03 NOVEMBRO 2013

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS			
		2013 (10 meses e 3 dias)	Ajustes	31-10-2013	2012 (12 meses)
Vendas e serviços prestados	21	647.647	5.217	642.429	703.170
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-2.282		-2.282	-6.730
Fornecimento e serviços externos	23	-133.600	-1.734	-131.865	-177.418
Gastos com o pessoal	24	-246.778	-2.532	-244.246	-243.121
Imparidades (perdas / reversões) - Justo Valor	25	3		3	279
Imparidades (perdas / reversões) - Dívidas a receber					-628
Outros rendimentos e ganhos	26	3.089		3.089	161
Outros gastos e perdas	27	-24.759	-110	-24.649	-12.715
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</b>		<b>243.320</b>	<b>841</b>	<b>242.479</b>	<b>269.999</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-29.541	-381	-29.161	-32.429
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>	<b>237.570</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>	<b>237.570</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-57.088	-115	-56.973	-63.556
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>156.691</b>	<b>345</b>	<b>156.346</b>	<b>174.014</b>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas





**EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (ME)**  
**PERÍODO FINDO EM 03 NOVEMBRO 2013**

Data: 2013/11/0

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS			
		2013 (10 meses e 3 dias)	Ajustes	31-10-2013	2012 (12 meses)
Vendas e serviços prestados	21	647.647	5.217	642.429	703.17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-2.282		-2.282	-6.73
Fornecimento e serviços externos	23	-133.600	-1.734	-131.865	-177.41
Gastos com o pessoal	24	-246.778	-2.532	-244.246	-243.12
Imparidades (perdas / reversões) - Justo Valor	25	3		3	27
Imparidades (perdas / reversões) - Dívidas a receber					-62
C <sup>o</sup> s rendimentos e ganhos	26	3.089		3.089	7.16
Outros gastos e perdas	27	-24.759	-110	-24.649	-12.71
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</b>		<b>243.320</b>	<b>841</b>	<b>242.479</b>	<b>269.99</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-29.541	-381	-29.161	-32.42
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>	<b>237.57</b>
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>	<b>237.57</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-57.088	-115	-56.973	-63.55
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>156.691</b>	<b>345</b>	<b>156.346</b>	<b>174.01</b>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (ME)

PERÍODO FINDO EM 03 NOVEMBRO 2013

D:

Unidade M

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2013 (10 meses e 3 dias)	Ajustes	31-10-2013
Vendas e serviços prestados	21	647.647	5.217	642.429
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-2.282		-2.282
Fornecimento e serviços externos	23	-133.600	-1.734	-131.865
Gastos com o pessoal	24	-246.778	-2.532	-244.246
Imparidades (perdas / reversões) - Justo Valor	25	3		3
Imparidades (perdas / reversões) - Dívidas a receber				
Outros rendimentos e ganhos	26	3.089		3.089
Outros gastos e perdas	27	-24.759	-110	-24.649
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:</b>		<b>243.320</b>	<b>841</b>	<b>242.479</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-29.541	-381	-29.161
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>213.779</b>	<b>460</b>	<b>213.319</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-57.088	-115	-56.973
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>156.691</b>	<b>345</b>	<b>156.346</b>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.

Data: 2013/11/03

BALANÇO ME (IES) em 03 de NOVEMBRO de 2013

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		03-11-2013	31-10-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente</b>				
Activos Fixos Tangíveis	3.b), 7	234.458	130.590,96	157.011
Activos Intangíveis	3.c), 8	4.398	4.403,38	4.990
		<b>238.856</b>	<b>134.994,34</b>	<b>162.001</b>
<b>Activo corrente</b>				
Inventarios	3.e), 9	1.744	1.743,77	0
Estado e outros entes públicos	10	40.650	41.435,19	0
Outras Contas a Receber	3.f),11	80.226	78.603,50	27.874
Diferimentos	12	2.232	106.409,42	4.867
Activos Financeiros detidos para negociação	3.g),13	399	398,85	396
Caixa e depósitos bancários	3.h),5	592.549	587.898,31	628.524
		<b>717.801</b>	<b>816.489,04</b>	<b>661.661</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>956.657</b>	<b>951.483,38</b>	<b>823.662</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPTAL PRÓPRIO</b>				
Capital realizado	3.i),15	250.000	250.000,00	250.000
Outros Instrumentos de Capital Proprio	16	302.060	302.060,40	302.060
Reservas Legais	17	25.545	25.545,10	8.144
Resultados Transitados	18	109.293	109.292,55	-47.320
Resultado liquido do Exercício		156.691	156.345,77	174.014
		<b>843.589</b>	<b>843.243,82</b>	<b>686.898</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>843.589</b>	<b>843.243,82</b>	<b>686.898</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	3.k),20	6.099	3.956,91	13.684
Estado e outros entes públicos	10	64.753	64.107,41	94.136
Outras contas a pagar	3.k),19	42.216	40.175,24	28.944
		<b>113.068</b>	<b>108.239,56</b>	<b>136.764</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>113.068</b>	<b>108.239,56</b>	<b>136.764</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>956.657</b>	<b>951.483,38</b>	<b>823.662</b>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.

Data: 03-11-2013

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01/01/2012		250.000	302.060	8.144	-181.572	134.252	512.884
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio		0	0	0	134.252	-134.252	0
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO:							
RESULTADO LIQUIDO INTEGRAL						174.014	174.014
POSIÇÃO em 31/12/2012		250.000	302.060	8.144	-47.320	174.014	686.898
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio				17.401	156.613	-174.014	0
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO:							
RESULTADO LIQUIDO INTEGRAL (4)				17.401	156.613	-174.014	0
POSIÇÃO em 03/11/2013		250.000	302.060	25.545	109.293	156.691	843.589

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



EMES - Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra E.M.

Data: 2013/11/03

BALANÇO ME (IES) em 03 de NOVEMBRO de 2013

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		03-11-2013	31-12-2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo</b>			
Recebimento de clientes		739.196	850.383
Pagamento a fornecedores		-300.093	-239.537
Pagamento ao pessoal		-135.606	-153.911
<b>Caixa gerada pelas operacoes</b>		<b>303.496</b>	<b>456.934</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-90.345	-12.870
Outros recebimentos/pagamentos		-248.677	-161.092
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-35.525</b>	<b>282.972</b>
<b>Fluxos de caixa das Actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		-3.479	-210.717
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e Rendimentos similares		3.032	6.982
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-447</b>	<b>-203.735</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-35.972</b>	<b>79.237</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		628.920	549.683
Caixa e seus equivalentes no fim do período		592.948	628.920

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



Mi  
L → B

**E.M.E.S.  
EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M., S.A.**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS  
INTERCALARES Á DATA DE 03 DE NOVEMBRO DE 2013**

**1 Nota introdutória**

A Empresa foi constituída em 26 de Agosto de 1999, tem a sua sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Virgílio Horta, Sintra.

A Empresa surgiu para prestar um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços.

A Empresa tem por objecto principal a instalação e gestão, incluindo a fiscalização dos sistemas de estacionamento público urbano pago á superfície no Concelho de Sintra.

Complementarmente tem ainda como objecto a promoção da construção e exploração de parques de estacionamento em estruturas em zonas de reconhecido interesse e necessidade públicos e ou a participação naquelas, construção e exploração.

A Empresa, tem ainda como objecto acessório actividades relacionadas como o seu objecto principal e complementar, designadamente a comercialização de bens e a prestação de serviços, a elaboração e ou promoção de estudos e projectos de ordenamento de novas áreas de estacionamento e de utilização de novos métodos e tecnologias de exploração de estacionamento tarifado e ainda a realização das respectivas obras de execução.

A Empresa pratica todos os actos necessários à prossecução do seu objecto, incluindo-se a exploração dos bens e equipamentos afectos a esta prossecução. Compete ainda à Empresa, a cobrança das tarifas relativas ao estacionamento de duração limitada bem como a respectiva fiscalização.

**2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**a) Referencial contabilístico**

Do período decorrente entre 01/01/2013 e 03/11/2013 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).



1.  
Mi  
✓

A Empresa adoptou as NCRF pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a "NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro". Desta forma, a Empresa preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

**b) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

**c) Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

**d) Classificação dos activos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" são classificados como activos e passivos não correntes.

**e) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que ocorra a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras.

Tal como os passivos contingentes, os activos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

**f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



Handwritten initials and a checkmark in blue ink.

**g) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**h) Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções.

**b) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 5 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos





L.  
M  
✓  
A

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso, quando existam, representam bens ainda em fase de construção/promoção, e são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

**c) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 9 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

**d) Imposto sobre o rendimento**

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% incidente sobre a correspondente matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não foram efectuados quaisquer movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização dos Impostos Diferidos, nos termos definidos na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação.



Handwritten signature and initials in blue ink.

**e) Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

**f) Outros valores a receber**

As contas de "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

**g) Activos financeiros detidos para negociação**

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para negociação são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados na demonstração dos resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor" até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros activos financeiros" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

**h) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

**i) Capital social**

As acções são classificadas em capital próprio.

**j) Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.



M  
B

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

**k) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**l) Rédito e regime do acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das prestações dos serviços.

**4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros**

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o período findo em 03 de Novembro de 2013, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

**5 Caixa e seus Equivalentes**

Os componentes de caixa e seus equivalentes, em 03 de Novembro de 2013 e no final do exercício transacto, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Numerário	1,178	1,108
Depósitos bancários	591,371	627,416
Instrumentos financeiros	399	396
Caixa e seus equivalentes	<u>592,948</u>	<u>628,920</u>



M  
✓

## 6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100,00 % pela Câmara Municipal de Sintra que é igualmente a entidade controladora - final.

As informações relativas a saldos e transacções com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 28.

## 7 Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no período até 03 de Novembro de 2013 e no exercício de 2012 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-12
<b>Custo:</b>						
Equipamento básico	246,089	180,795	-	1,758	-	428,642
Equipamento de transporte	30,537	-	-	-	-	30,537
Equipamento administrativo	52,777	365	-	-	-	53,142
Outros activos fixos tangíveis	367	-	-	-	-	367
Investimentos em curso	1,758	-	-	-1,758	-	-
	<b>331,528</b>	<b>181,160</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>512,688</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Equipamento básico	-241,569	-31,094	-	-	-	-272,664
Equipamento de transporte	-30,537	-	-	-	-	-30,537
Equipamento administrativo	-51,420	-689	-	-	-	-52,108
Outros activos fixos tangíveis	-367	-	-	-	-	-367
	<b>-323,893</b>	<b>-31,783</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-355,676</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>7,634</b>					<b>157,011</b>



M  
✓  
B

03 de Novembro de 2013						
Saldo em 01-Jan-13	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-13	
<b>Custo:</b>						
Equipamento básico	428,642	-	-	-	-	428,642
Equipamento de transporte	30,537	-	-	-	-	30,537
Equipamento administrativo	53,142	2,828	-901	-	-	55,069
Outros activos fixos tangíveis	367	104,242	-	-	-	104,609
	<b>512,688</b>	<b>107,070</b>	<b>-901</b>	-	-	<b>618,857</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Equipamento básico	-272,664	-28,201	-	-	-	-300,865
Equipamento de transporte	-30,537	-	-	-	-	-30,537
Equipamento administrativo	-52,108	-748	226	-	-	-52,630
Outros activos fixos tangíveis	-367	-	-	-	-	-367
	<b>-355,676</b>	<b>-28,949</b>	<b>226</b>	-	-	<b>-384,399</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>157,011</b>					<b>234,458</b>

## 8 Activos intangíveis

No período decorrido entre 01 de Janeiro de 2013 e 03 de Novembro de 2013 e no exercício de 2012, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2012						
Saldo em 01-Jan-12	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-12	
<b>Custo:</b>						
Propriedade industrial	-	5,636	-	-	-	5,636
	-	<b>5,636</b>	-	-	-	<b>5,636</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial	-	-646	-	-	-	-646
	-	<b>-646</b>	-	-	-	<b>-646</b>
<b>Valores líquidos:</b>	-					<b>4,990</b>

03 de Novembro de 2013						
Saldo em 01-Jan-13	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-13	
<b>Custo:</b>						
Propriedade industrial	5,636	-	-	-	-	5,636
	<b>5,636</b>	-	-	-	-	<b>5,636</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Propriedade industrial	-646	-592	-	-	-	-1,238
	<b>-646</b>	<b>-592</b>	-	-	-	<b>-1,238</b>
<b>Valores líquidos:</b>	<b>4,990</b>					<b>4,398</b>



f.

## 9 Inventários

Em 03 de Novembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Mercadorias	28,681	26,938
	<u>28,681</u>	<u>26,938</u>
Perdas por imparidade de inventários	-26,938	-26,938
	<u>1,744</u>	<u>-</u>

O valor do inventário a 03 de Novembro de 2013 é referente a rolos de papel para os parcometros.

Durante o período compreendido entre 01 de Janeiro de 2013 e 03 de Novembro de 2013 não se verificou qualquer movimento em rúbrica de perdas por imparidade de inventários.

## 10 Estado e outros entes públicos

Em 03 de Novembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	03-Nov-13	31-Dez-12
<b>Activo</b>		-
Imposto Sobre o Rendimento	37,335	
Imposto sobre o valor acrescentado	3,315	-
	<u>40,650</u>	
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	57,088	53,009
Retenção de impostos sobre rendimentos	2,141	2,194
Imposto sobre o valor acrescentado		27,876
Contribuições para a CGA / ADSE	1,345	481
Contribuições para a Segurança Social	4,179	10,576
	<u>64,753</u>	<u>94,136</u>

O valor do imposto a pagar apenas será efectuado no final do exercício a 31 de Dezembro de 2013.

## 11 Outras contas a receber

Em 03 de Novembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	-	-	-	323
Devedores por acrésc. de rendimentos	-	-	-	109
Outros devedores	-	80,226	-	27,442
	-	<u>80,226</u>	-	<u>27,874</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>80,226</u>	-	<u>27,874</u>



Handwritten signature and initials in blue ink.

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	-	-	123	200
Devedores poracréc. de rendimentos	-	-	109	-
Outros devedores	80,226	-	27,442	-
	<b>80,226</b>	-	<b>27,674</b>	<b>200</b>

Durante o período decorrido entre 01 de Janeiro de 2013 e 03 de Novembro de 2013 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumuladas de "Outras contas a receber", foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	03-Nov-13	31-Dez-12
Saldo em 1 de Janeiro	-785	-157
Aumento	-	-628
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
Saldo em 03 de Novembro	<b>-785</b>	<b>-785</b>



Handwritten signature and initials in blue ink.

## 12 Diferimentos

A 03 de Novembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	03-Nov-13	31-Dez-12
<b>Activo</b>		
Seguros pagos antecipadamente	3,402	4,323
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	715	-
Gastos diversos a reconhecer	(1,885)	544
	<u>2,232</u>	<u>4,867</u>
<b>Passivo</b>		
	<u>-</u>	<u>-</u>

## 13 Activos financeiros detidos para negociação

Entre o período de 01 de Janeiro de 2013 e 03 de Novembro de 2013 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos ocorridos na valorização dos "Activos financeiros detidos para negociação", valorizados ao respectivo justo valor, apresentavam-se da seguinte forma:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Saldo (justo valor) em 1 de Janeiro	396	15,117
Aquisições do período	-	-
Alienações do período	-	-15,000
Aumento/diminuição no justo valor	3	279
Saldo (justo valor) em 31 de Dezembro	<u>399</u>	<u>396</u>

Os Activos financeiros detidos para negociação e os respectivos valores de custo e de mercado, em 03 de Novembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, foram os seguintes:

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Valor Custo	Justo Valor	Valor Custo	Justo Valor
Fundo Monetário - Montepio Geral	381	399	381	396
	<u>381</u>	<u>399</u>	<u>381</u>	<u>396</u>

## 14 Caixa e depósitos bancários

Em 03 de Novembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Caixa	1,178	1,108
Depósitos à ordem	591,371	343,253
Depósitos a prazo	-	284,164
	<u>592,549</u>	<u>628,524</u>





Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark and a stylized 'B'.

## 15 Capital realizado

Em 03 de Novembro de 2013 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 Euros, era composto por 250.000 acções com o valor nominal de 1 euro cada.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas colectivas que, em 03 de Novembro de 2013, nele detêm pelo menos 20%:

– MUNICÍPIO DE SINTRA . . . . . 100,00%

## 16 Outros instrumentos de capital próprio

O saldo desta rubrica integra prestações suplementares decorrentes de decisões deliberadas em sede de Assembleia Geral.

## 17 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

À data de 03 de Novembro de 2013 verificou-se que a Empresa procedeu, em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2012, ao reforço do fundo de Reserva legal, tendo-lhe sido afecta a quantia de 17.401,43 Euros.

## 18 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi decidido que parte do resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 156.612,91 Euros, fosse transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

## 19 Outras contas a pagar

Em 03 de Novembro de 2013 e a 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	40,218	-	22,839
Credores por acrésc. de gastos	-	-	-	1,903
Outras contas a pagar	-	1,998	-	4,201
	-	<b>42,216</b>	-	<b>28,944</b>

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Remunerações a liquidar	40,218	-	22,839	-
Credores por acrésc. de gastos	-	-	1,903	-
Outras contas a pagar	1,998	-	4,201	-
	<b>42,216</b>	-	<b>28,944</b>	-

## 20 Fornecedores

Em 03 de Novembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente	6,099	13,684
	<b>6,099</b>	<b>13,684</b>

	03-Nov-13		31-Dez-12	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	6,099	-	13,538	146
	<b>6,099</b>	-	<b>13,538</b>	<b>146</b>

## 21 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012, foram como segue:



*Mi*  
✓

	03-Nov-13			31-Dez-12		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestações de serviços	647,647	-	647,647	703,170	-	703,170
	<b>647,647</b>	<b>-</b>	<b>647,647</b>	<b>703,170</b>	<b>-</b>	<b>703,170</b>

## 22 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, nos períodos de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012 é detalhado como segue:

	03-Nov-13			31-Dez-12		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	-	1,511	-	1,511
Compras	2,282	-	2,282	5,219	-	5,219
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	-	-	-	-
Custo do exercício	<b>2,282</b>	<b>-</b>	<b>2,282</b>	<b>6,730</b>	<b>-</b>	<b>6,730</b>

## 23 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos, nos períodos de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012, foi a seguinte:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Serviços especializados	-88,346	-132,221
Materiais	-4,268	-4,272
Energia e fluidos	-17,989	-16,984
Deslocações, estadas e transportes	-22	-580
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	-4,255	-4,538
Comunicação	-4,912	-6,187
Seguros	-3,016	-3,372
Contencioso e notariado	-1,441	-235
Despesas de Representação	-218	-
Limpeza, Higiene e Conforto	-9,133	-
Outros serviços	-	-9,030
	<b>-133,600</b>	<b>-177,418</b>



Handwritten signature and initials in blue ink.

## 24 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal entre o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012 foi a seguinte:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	-166,572	-188,662
Encargos sobre remunerações	-36,706	-49,150
Seguros	-4,088	-1,445
Outros gastos com o pessoal	-39,412	-3,864
	<b>-246,778</b>	<b>-243,121</b>

O número médio de empregados da Empresa no período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 foi de 15 e no exercício de 2012 foi de 12.

## 25 Aumentos/Reduções de justo valor

Entre o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012, o detalhe desta rubrica era como segue:

	03-Nov-13			31-Dez-12		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	3	-	3	279	-	279
	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>279</b>	<b>-</b>	<b>279</b>

## 26 Outros rendimentos e ganhos

Os Outros rendimentos e ganhos, entre o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012, foram como segue:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Juros Obtidos	2,923	6,919
Outros rendimentos e ganhos	166	242
	<b>3,089</b>	<b>7,161</b>



Handwritten signature or initials in blue ink.

## 27 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, entre o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013 e todo o exercício de 2012, foram como segue:

	03-Nov-13	31-Dez-12
Impostos	-80	-187
Outras Correções de Exercícios Anteriores	-9,829	-
Gastos e perdas nos investimentos não financeiros	-675	-
Gastos com serviços financeiros	-10,411	-11,961
Outros gastos e perdas	-3,764	-567
	<b>-24,759</b>	<b>-12,715</b>

## 28 Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, no período decorrido entre 01 de Janeiro de 2013 e 03 de Novembro de 2013 e o exercício em 31 de Dezembro de 2012, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	03-Nov-13	2012
Prestações de serviços	4,933	2,727
Serviços adquiridos	1,365	1,752

Saldos	03-Nov-13	31-Dez-12
Contas a pagar	-1	146
Prestações Suplementares	302,060	302,060

## 30 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 03 de Novembro de 2013.

## 31 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.



Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do nº1 do Artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 01 de Janeiro de 2013 a 03 de Novembro de 2013, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas facturou à Empresa a título de honorários com a Revisão Legal de Contas Anuais o valor de 3.375,00 Euros.

### 32 Outras Informações

Para a preparação das contas intercalares apresentadas foram consideradas todos os saldos á data de 31 de Outubro de 2013, aos quais foram acrescentados os movimentos ocorridos entre o período de 01 de Novembro de 2013 e 03 de Novembro de 2013.

Relativamente aos custos e proveitos mensais de Novembro de 2013, os mesmos foram imputado num regime de proporcionalidade (3/30) após análise ponderada de melhor metodologia de apuramento dos valores.

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

À

Acionista Única e Exmo. Conselho de Administração da,  
EMES – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M, S.A.

### INTRODUÇÃO

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da EMES – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M, S.A., do período findo em 03 de novembro de 2013, as quais compreendem o Balanço, que evidencia um total de 956.657 euros e um total de capital próprio de 843.589 euros, incluindo um resultado líquido de 156.691 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, as Demonstrações de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa da Empresa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O nosso trabalho consistiu:

- a) principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e (iv) a apresentação da informação financeira;
- b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.

6. Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, conseqüentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.

#### **PARECER**

7. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras da EMES – EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M, S.A., para o período findo em 03 de novembro de 2013, não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **ÊNFASE**

8. Na sequência do trabalho realizado chamamos a atenção para a seguinte situação: as demonstrações financeiras anexas são emitidas, na sequência da substituição a 3 de novembro de 2013 da totalidade dos membros do Conselho de Administração, em cumprimento da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

  
Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC

Lisboa, 24 de abril de 2014